



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

120.
70

Embargos de declaração na impugnação de assistência judiciária nº 269355-8/02

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargada: Auriene Alves de Moraes Neri.

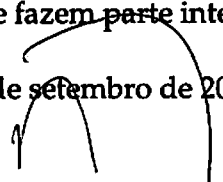
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DEVIDAMENTE PRESCRITO À PORTADORA DE OSTEOPOROSE NA COLUNA LOMBAR E FÊMUR. DEVER DO ESTADO. PARA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA É SUFICIENTE A SIMPLES AFIRMAÇÃO DA REQUERENTE DE SER POBRE E SE ENCONTRAR IMPOSSIBILITADA DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE SEU ESTADO DE POBREZA, CONFORME DETERMINA A LEI QUE REGE A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração na impugnação de assistência judiciária nº 269355-8/02, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 24 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

118
70

Embargos de declaração na impugnação de assistência judiciária nº 269355-8/02

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargada: Auriene Alves de Moraes Neri.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração diante de acórdão lavrado nos autos do mandado de segurança e impugnação de assistência judiciária nº 269355-8/02, assim ementado:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADAS A UNANIMIDADE. MÉRITO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DEVIDAMENTE PRESCRITO À PORTADORA DE OSTEOPOROSE NA COLUNA LOMBAR E FÊMUR. DEVER DO ESTADO. IMPUGNAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. IMPROCEDENTE. 1. As preliminares suscitadas pela parte impetrada não merecem prosperar, seja pela inocorrência da litigância de má-fé até o presente momento pela parte impetrante, o *writ* foi devidamente instruído através de laudo médico de fls. 21 e 23 dos presentes autos, que comprova a patologia da impetrante e o pedido ser juridicamente possível. Mérito. 2. Fornecimento de medicamento por estado-membro. 3. Proteção constitucional do direito à saúde. 4. Para concessão dos benefícios da justiça gratuita é suficiente a simples afirmação da requerente de ser pobre e se encontrar impossibilitada de arcar com as custas do processo, não havendo necessidade de comprovação de seu estado de pobreza, conforme determina a Lei que rege a Assistência Judiciária. 5. Concessão da segurança pretendida à unanimidade, restando prejudicado o agravo regimental apensado nº 269355-8/02. 6. Impugnação de assistência judiciária julgada improcedente unissonamente (MS 269355-8 e IAJ 269355-8/02, GCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 06/08/2013).

Insiste o Estado embargante, nesta sede aclaratória, a rediscussão da matéria de mérito, sustentando que o acórdão recorrido seria omissivo e contraditório, uma vez que não mencionou os documentos acostados às fls. 66/67, nos quais prova ser a embargada empresária, sócia da JOTHA NERI ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA, com absoluta higidez financeira, não apresentando nenhuma defesa quando instada, vindo em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

No caso concreto, a decisão embargada está conforme entendimento pacífico desta Corte de Justiça e do STJ, qual seja, para concessão dos benefícios da justiça gratuita é suficiente a simples afirmação da requerente de ser pobre, e encontrar-se impossibilitada de arcar com as custas do processo, não havendo necessidade de comprovação de seu estado de pobreza, conforme determina a Lei que rege a Assistência Judiciária, sendo suficiente a mera afirmação do estado de hipossuficiência, assim, os documentos acostados pelo Estado embargante não são suficientes para fazerem prova do contrário.

W

119
70

Ademais, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ com arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não considerando vulnerada a matéria explicitada.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto

Relator